

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO-IPLAN

RELATORIO DE ATIVIDADES-1988

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO-IPLAN

RELATORIO DE ATIVIDADES-1988

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO - IPLAN

RELATÓRIO DE ATIVIDADES - EXERCÍCIO DE 1988

Registram-se as atividades desenvolvidas durante o exercício, sob a orientação da nova administração do IPLAN, cujas atribuições, reestruturadas através da Portaria nº 8, de 08 de novembro de 1988, ratificam as anteriormente desenvolvidas pelo órgão: auxiliar na elaboração dos planos e programas governamentais, na coordenação do sistema nacional de planejamento, na elaboração das diretrizes orçamentárias, dos orçamentos anuais e plurianuais de investimentos e na articulação entre a programação e os orçamentos anuais e plurianuais.

Nesta linha de ação, as atividades executadas em 1988 objetivaram o acompanhamento e a avaliação de projetos e programas na área de desenvolvimento econômico e social, a formulação, elaboração de estudos e avaliação de políticas de ações governamentais de médio e longo prazos e o assessoramento para subsidiar a tomada de decisão em áreas de atuação do governo.

(A) Neste contexto, relacionam-se de forma sucinta as principais atividades das diversas coordenadorias e unidades da estrutura organizacional deste Instituto, as quais não só elaboraram, condensaram e analisaram dados, como também participaram de cursos e seminários, elaborando estudos, pareceres e documentos técnicos, além de outras atividades específicas de cada área.

Cabe informar que os relatórios encaminhados pelas coordenadorias encontram-se à disposição dos interessados para consulta mais detalhada.

COORDENADORIAS E UNIDADES

- I - AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - CAA
- II - DESENVOLVIMENTO REGIONAL - CDR
- III - DESENVOLVIMENTO URBANO - CDU
- IV - EDUCAÇÃO E CULTURA - CEC
- V - EMPREGO E SALÁRIOS - CES
- VI - INDÚSTRIA E TECNOLOGIA - CIT
- VII - MINAS E ENERGIA - CME
- VIII - PLANEJAMENTO MACROECONÔMICO - CPM
- IX - SETOR EXTERNO - CSE
- X - SAÚDE E PREVIDÊNCIA - CSP
- XI - TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - CTC
- XII - PROGRAMA NACIONAL DE SANEAMENTO RURAL - PNSR
- XIII - PROJETO DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE  
E DAS COMUNIDADES INDÍGENAS - PMACI
- XIV - SETOR DE DOCUMENTAÇÃO - SEDOC
- XV - ASSESSORIA EDITORIAL

I - COORDENADORIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - CAA

As atividades desenvolvidas pela Coordenadoria em 1988 concentraram-se principalmente em:

A. Pareceres e Notas Técnicas

- 1 - Solicitação de recursos para reforma do Mercado Central de São Luís - MA.
- 2 - Crédito suplementar para o Programa Nacional de Irrigação (PRONI).
- 3 - Liberação do controle de preços de defensivos agrícolas.
- 4 - Projeto Piloto de Agricultura Irrigada no Vale do Rio Itapicuru.
- 5 - Projeto de Desenvolvimento de Comunidades Rurais de Baixa Renda.
- 6 - Projeto de Apoio à Ranicultura.
- 7 - Projeto Estadual de Piscicultura do Rio Grande do Norte.
- 8 - Desemprego na Zona da Mata de Pernambuco e Programa de Ocupação da Mão-de-Obra.
- 9 - Programa Nacional de Calagem.
- 10 - Plano de Expansão da CIBRAZEM e Companhias Estaduais de Armazenagem.
- 11 - Projeto de Irrigação do Jaíba.
- 12 - Programa Estadual de Apicultura no Piauí.

- 13 - Projeto de Lei nº 485/88 (estabelece medidas sobre a privatização de empresas estatais ligadas ao setor de alimentação).
- 14 - Programa de Manejo e Conservação do Solo do Estado do Paraná.
- 15 - Privatização da exportação de açúcar.
- 16 - Zoneamento fitoecológico do Piauí.
- 17 - Considerações sobre resoluções do Instituto do Açúcar e Alcool (IAA) que ampliam despesas do Governo.
- 18 - Análise de projetos públicos de irrigação.
- 19 - Redução de subsídios às refinarias de açúcar.
- 20 - Compra de máquinas e equipamentos agrícolas da Hungria.
- 21 - Recuperação, conservação e manejo dos recursos naturais em microbacias de Santa Catarina.
- 22 - Projeção da demanda nacional de energia elétrica no setor agropecuário.
- 23 - Relatório de avaliação do "Componente C" do Projeto BIRD - 2348-BR.

B. Estudos apresentados em Seminários Internos

- 1 - Projeto Jaíba e a Irrigação Pública no Brasil.
- 2 - Gastos Públicos na Agricultura: Estrutura e Resultados.
- 3 - A Evolução das Despesas do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO.

- 4 - Relatório do "Componente C" do Empréstimo BIRD 2348-BR.
- 5 - Tendências da Demanda Agrícola face à Política Econômica.
- 6 - Producer Subsidy Equivalent: Conceituação e Aplicação na Liberalização do Comércio e no Planejamento Econômico.

C. Participação em Seminários Externos

- 1 - XXVI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. O Estado e a Agricultura, tendo a Coordenadoria apresentado os seguintes trabalhos: Estratégias de Crescimento e Papel da Agricultura; Moinho de Trigo e o Sistema de Cotas; Gastos Públicos na Agricultura: Estrutura e Resultados.
- 2 - Seminário Internacional de Política Agrícola, promovido pelo Instituto de Economia Agrícola de São Paulo. Apresentação do tema "Dilemas da Agricultura Brasileira".
- 3 - Conferência Regional para América Latina e Caribe, realizada em Recife - 2 a 7 de outubro.
- 4 - Painel sobre a Política de trigo, em Passo Fundo - RS - 22 de setembro.
- 5 - Seminário de Integração Argentina/Brasil/Uruguai. Unicamp - Campinas - 12 a 14 de outubro. Participação no grupo de trabalho sobre mercados agrícolas.
- 6 - Apresentação do trabalho "Gastos Públicos na Agricultura: Estrutura e Resultados, na reunião da CEPAGRO, realizada em Curitiba - 17 de setembro.
- 7 - Seminário sobre a Imigração no Nordeste, promovido pela Unicamp - 27 a 30 de junho.

8 - Seminário sobre Privatização de Exportação de Açúcar, realizado no Rio de Janeiro - 8 a 11 de março.

D. Representação em Comissões e Conselhos

1 - Comissão de Estatísticas Agropecuárias do IBGE.

2 - Conselho Deliberativo do Instituto do Açúcar e Alcool.

3 - Conselho de Administração do Departamento Nacional de Obras Contra Secas.

4 - Conselho Nacional da Borracha.

II - COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - CDR

A - Administração de Programas Especiais

Exame de propostas de planos operativos anuais, emissão de pareceres técnicos, elaboração de minutas de Exposição de Motivos, Portaria e Termos de Convênios e acompanhamento do processo de liberação de recursos referentes aos seguintes programas:

1) Região Nordeste

- . PAPP: Apoio ao Pequeno Produtor Rural;
- . Nordeste Já; e
- . Desenvolvimento do Piauí.

2) Região Norte

- . Calha Norte: Ações Integradas na Faixa de Fronteira;
- . PDRI-AM: Desenvolvimento Rural Integrado do Estado do Amazonas;
- . PDRI-AC: Desenvolvimento Rural Integrado do Acre;
- . Apoio ao Desenvolvimento da Região do Grande Carajás;
- . Macrozoneamento Ecológico-Econômico; e
- . Proteção ao Meio Ambiente e aos Recursos Naturais.

3) Região Centro-Oeste

- . Fortalecimento da Infra-estrutura de Rondônia;
- . POLONOROESTE: Desenvolvimento do Noroeste do Brasil;
- . Ecodesenvolvimento do Pantanal e sua Bacia; e
- . Fortalecimento da Infra-estrutura do Setor Agrícola do Estado do Mato Grosso do Sul.

4) Região Leste

- . Novo Jequitinhonha;
- . Desenvolvimento dos Cerrados Mineiros;
- . Apoio ao Vale do Rio Doce; e
- . Litoral Oriental do Rio de Janeiro.

5) Região Sul

- . Complementação da Infra-estrutura da Região Sul.

- B - Programa Brasil Central: estruturação e operacionalização de programa voltado à ampliação da infra-estrutura de estrada, eletrificação e armazenamento em áreas produtoras de grãos selecionadas nos Estados de Goiás e do Maranhão.
- C - Trabalho de avaliação dos 5 anos de atividades do Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado do Estado do Amazonas/PDRI - AM, com recursos do Programa de Integração Nacional-PIN e co-financiado pelo Banco Mundial.
- D - Estruturação do sistema de contas regionais para o Brasil, constante do Projeto de Gerenciamento do Setor Público-GESEP /BIRD, para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, envolvendo a definição metodológica das variáveis macroeconômicas, assessoramento aos órgãos regionais de desenvolvimento para a elaboração dos agregados regionais, utilizando consultoria do CIENES/OEA.
- E - Acompanhamento técnico do Projeto de Regionalização das Transações do Setor Público executado via contrato IPEA/FGV.
- F - Coordenação dos trabalhos técnicos e edição final dos resultados da pesquisa sobre Produção e Abastecimento Alimentar no Brasil, financiada pelo PNUD e com a participação da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores.

- G - Participação em Órgãos colegiados do PLANVASF, CRDR, SUDAM e RONDON.
- H - Participação em missões de avaliação do Banco Mundial ao PDRI-AM.
- I - Promoção de palestras sobre técnicas de sensoramento remoto aplicadas ao planejamento regional, proferidas pelo Instituto de Pesquisas Espaciais-INPE, e sobre o tema Perspectiva Integrada da Partição Espacial/Funcional para os anos 90, a cargo do Prof. Milton Santos.
- J - Treinamento técnico na área de planejamento estratégico situacional, com o Prof. Carlos Matus, promovido pelo CENDEC.

III. COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - CDU

A CDU, em 1988, desenvolveu suas atividades dentro de quatro grandes linhas de atuação, sintetizadas abaixo:

- . acompanhamento e avaliação das políticas federais de desenvolvimento urbano;
- . elaboração de estudos e pesquisas (médio e longo prazos), visando à formulação de políticas urbanas;
- . assessoria à SEPLAN/PR sobre as questões relevantes de curto prazo, referentes ao desenvolvimento urbano;
- . assessoria ao Poder Executivo em sua articulação com o Legislativo em assuntos de desenvolvimento urbano.

A - Acompanhamento e Avaliação das Políticas Federais de Desenvolvimento Urbano

1 - Seminário sobre as Políticas Federais de Desenvolvimento Urbano em 1987, realizado no IPLAN, em novembro;

2 - Acompanhamento dos Programas de Desenvolvimento Urbano, Saneamento e Habitação, financiados pela Caixa Econômica Federal;

3 - Acompanhamento e avaliação dos Programas de Desenvolvimento Urbano Integrado - Regiões Metropolitanas de Recife e Salvador;

4 - Acompanhamento e avaliação da Política Habitacional;

5 - Acompanhamento e avaliação da Política e dos Programas Federais de Saneamento.

B. Elaboração de Estudos e Pesquisas

1 - Prioridades e Perspectivas de Política Econômica e Social para a Década de 90 - Relatório Intermediário. Seus termos de referência englobam:

. Déficit Atual e Necessidades Futuras de Saneamento Básico Urbano.

. Arranjo Institucional e Financiamento dos Programas de Saneamento.

. Alternativas Tecnológicas para o Saneamento Básico.

. Dinâmica Demográfica e Urbanização Brasileira na Década de 90.

. Impacto da Reforma Tributária sobre as Finanças Municipais e Financiamento do Desenvolvimento Urbano na Década de 90.

. Política Nacional de Desenvolvimento Urbano: Novo Arcabouço Legal e Institucional.

. O Quadro Habitacional Atual.

. Novos Arranjos (Financeiro e Institucional) para o Setor Habitacional.

2 - Prioridades e Perspectivas de Política Econômica e Social para a Década de 90 - 1º Relatório (Progressive Report).

2.1 - Papers elaborados internamente:

- . Habitação
- . Saneamento
- . Infra-Estrutura e Serviços Urbanos

2.2 - Termos de referência da CDU:

. Estratégias Alternativas para a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano.

. Desenvolvimento Intra-Urbano: Provisão de Infra-Estrutura e Serviços Urbanos.

. O Quadro Habitacional: Déficit Atual e Necessidades Futuras.

2.3 - Termos de referência de trabalhos a serem contratados:

. Política Nacional de Desenvolvimento Urbano: Novo Arcabouço Legal e Institucional.

. Nova Estratégia para a Política Habitacional.

. Arranjo Institucional e Financiamento dos Programas de Saneamento.

3 - Análise dos Programas de Desenvolvimento Urbano, Saneamento e Habitação, financiados pela Caixa Econômica Federal.

4 - Acompanhamento de Políticas Públicas - (Documento nº 5). As Políticas Federais de Desenvolvimento Urbano em 1987.

5 - Crescimento Urbano e Oferta de Empregos Formais no Nordeste no Período 1970-1980.

6 - Questões Urbanas e Municipais na Constituição de 1988.

C. Assessoria à SEPLAN/PR - Pareceres e Notas

1 - Pareceres

1.1 - Análise do Projeto de Saneamento para Recuperação de Baixadas de Belém-PA;

1.2 - Projeto de Lei nº 308/83 e substitutivos oferecidos pelas Comissões de Constituição e Justiça e Finanças;

1.3 - Plano de Aplicação e Cronograma de Desembolso do Projeto Orçamentário 158148873.417. Apoio à População Urbana Carente-(EGU-1988);

1.4 - Programa Integrado de Melhoria Social - Governo do Estado do RS;

1.5 - Proteção e Recuperação do Lago Paranoá - Cronograma de Desenvolvimento dos Recursos do EGU-1988;

1.6 - Crédito Suplementar - Cz\$ 8.183,1 milhões ao MHU para os Programas Metropolitanos de Recife e Salvador;

1.7 - Recursos de 211.825,14 OTNs à Secretaria de Obras de Mato Grosso para construção do Fórum de Cuiabá;

1.8 - Financiamento de 667.567,57 OTNs ao Estado de Sergipe para Segurança Pública;

1.9 - Recursos de 952 mil OTNs para implantação do Instituto de Criminalística e aquisição de veículos especializados para o Estado de São Paulo;

1.10 - Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano-PEDU, do Estado do Paraná;

1.11 - Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água da Grande João Pessoa, PB;

1.12 - BIRD-Programa de Saneamento Básico para a População de Baixa Renda - PROSANEAR-MHU/CEF;

1.13 - Projeto de Lei nº 497/88 - Dispõe sobre o Zoneamento Industrial do País;

1.14 - Recursos financeiros - Cz\$ 2,4 bilhões ao Estado da Bahia, destinados ao saneamento básico;

1.15 - Recursos financeiros para construção da rede de esgotos em Orós-CE;

1.16 - Recursos externos à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte no valor de US\$ 79 milhões do BID para o Programa de Integração de Áreas Periféricas;

1.17 - Recursos Financeiros - Cz\$ 2,4 milhões para Sananduva-RS, para construção de habitações populares;

1.18 - Recursos financeiros - Cz\$ 156,1 milhões para melhorias urbanísticas em Salvador-BA.

## 2 - Notas Técnicas

2.1 - Solicitação de recursos para implantação de melhorias urbanísticas em Marabá-PA;

D. Assessoria ao Poder Executivo - Articulação com o Legislativo

1 - Diretrizes Gerais para a Elaboração do Orçamento da União para 1989;

2 - Relatório de Realizações do Governo Federal no Período 1985-87. (Elaborado a partir de informações obtidas junto ao MHU);

3 - Mensagem presidencial 1988 - Ministério da Habitação, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.

IV. COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CEC

Em 1988 a atuação da CEC abrangeu cinco áreas funcionais cujas principais atividades são mencionadas a seguir.

A. Planejamento e Formulação de Políticas Públicas:

1. Planejamento e Orçamentação

A CEC contribuiu para essas funções participando de reuniões e discussões com o Ministro-Chefe da SEPLAN, com a direção e equipes homólogas da SOF e da SEPLAN, e elaborando as seguintes notas e instrumentos:

- Financiamento e Repartição de Encargos Governamentais em Educação (contendo subsídios para a Operação Desmorte).
- Mapeamento das Ações (Projetos e Atividades) Prioritárias do Governo Federal em Educação e Cultura (para apoio às discussões com a SOF sobre diretrizes orçamentárias).
- Matriz de Análise de Dotações Orçamentárias para Ações Prioritárias para o OGU/89 (para subsidiar exposição e discussão de diretrizes com o Ministro-Chefe da SEPLAN).
- Estudo visando a dimensionar preliminarmente os impactos financeiros de dispositivos do Projeto de Constituição atinentes à educação.

2. Acompanhamento e Avaliação

- Revisão dos subsídios enviados pelos ministérios setoriais para a elaboração da Mensagem Presidencial ao Congresso.
- Consolidação dos conteúdos das mensagens relativas a 1985-1987 num balanço das realizações do Governo.

- Elaboração do relatório conjuntural do setor educacional (exercício de 1987).
- Estabelecimento preliminar do Plano Metodológico do Acompanhamento 1987/88.
- Projeto de estudo de "Perspectivas e Prioridades de Política Social e Econômica - Educação e Cultura".

B. Assessoria e Cooperação Interinstitucional

Seguindo a diretriz de concentrar esforços na ampliação do espaço de interação e comunicação para além do âmbito executivo, foram destacadas as seguintes atividades:

- participação num ciclo de discussões, promovido pela SEPLAN/SG/MEC, sobre as implicações do dispositivo constitucional que determina a aprovação de Planos Nacionais de Educação e sobre as características substantivas e técnicas que teria esse planejamento num contexto de desconcentração e descentralização e das novas tendências ao federalismo cooperativo;
- colaboração com a SESG/MEC na reestruturação da sistemática operacional de cooperação técnica e financeira do MEC às Unidades da Federação e dos processos de acompanhamento dos Planos Anuais de Trabalho para o Ensino de 2º Grau;
- discussão com a SESU/MEC sobre a estruturação de um sistema de informações para acompanhamento e avaliação de desempenho das IES federais;
- apoio ao Grupo de Trabalho criado no MEC para análise do pleito de "federalização" das Faculdades Integradas de Ilhéus e Itabuna (BA), de que deveriam ser ensaiadas normas e critérios para outros processos similares;

- acompanhamento das reuniões do Conselho Federal de Educação, assistência aos reitores presentes e colaboração técnica ao processo de elaboração de pareceres;
- cooperação com a ABM - Associação Brasileira de Mantenedoras na edição de seu Boletim da ABM, com preparação de notas e artigos e cessão de dados e informações;
- colaboração ao CFE na preparação do Relatório Final de Acompanhamento para transformação das Faculdades Integradas de Uberaba, Faculdades Integradas Estácio de Sá em Universidades e nos processos de acompanhamento da FIUBE e da Universidade Luterana de Canoas (RS);
- cooperação com a Secretaria de Educação e com o Instituto Estadual do Livro, do Rio Grande do Sul, na formulação de programa de formação e qualificação do público leitor;
- interação com o Instituto Nacional do Livro com vistas à formulação do Projeto Sociedade Leitora, visando democratizar e descentralizar o sistema de bibliotecas públicas e estimular projetos correspondentes a nível municipal;
- assistência técnica à SEPLAN/CE junto ao GT encarregado da implantação do Centro Integrado de Nutrição, envolvendo a melhoria do sistema de merenda escolar;
- assessoramento e acompanhamento da missão do Programa Mundial de Alimentação designada para avaliar o andamento do projeto de Educação e Nutrição no Nordeste e Centro Sul;
- cooperação com o Projeto de Gerenciamento de Programas Educacionais, PNUD/UNESCO/Secretaria de Educação Básica do MEC, acompanhando as duas missões deste ano;
- assistência a duas missões da CIDA (Canadá) dedicadas à identificação de projetos de educação técnica de 2º grau a serem apoiadas por essa agência;

- interação operacional e técnica com a equipe do Banco Mundial encarregada de estudo setorial sobre o Ensino de 2º Grau no Brasil, envolvendo formulação do projeto de estudo e cooperação em sua implementação;
- participação no Comitê Técnico de Pesquisas sobre Mercado de Trabalho e Formação Profissional no Brasil, do Programa BIRD/MTb, incluindo formulação de diretrizes para avaliação e análise de projetos, desenho de operações e relações com as entidades participantes;
- co-promoção com o CENDEC de dois seminários, sobre "Alocação de Recursos Públicos ao Ensino de 1º Grau", visando analisar e discutir métodos e mecanismos de transferências intergovernamentais de recursos financeiros; e sobre "Experiências Inovadoras em Educação", reunindo planejadores e gestores de programas integrados de atendimento educacional e social de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro e Goiás; e suporte de programação e docência para um experimento de inovação em formação de planejadores educacionais, realizado com a Secretaria de Educação de Mato Grosso;
- cooperação com o Conselho de Secretários Estaduais de Educação (CONSED) e União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), com participação em suas reuniões periódicas;
- avaliação e revisão dos programas de trabalho dos convênios com a UNICEF, Projeto PNUD/OIT, Comissão de Treinamento e Comitê Editorial do IPLAN.
- avaliação e discussão dos documentos do Banco Mundial sobre Políticas Sociais e Gastos em Programas Sociais no Brasil, com pareceres e notas técnicas para a SEPLAN sobre os seguintes processos:
  - . Programa de Inovações no Ensino Básico (São Paulo), empréstimo no valor de US\$ 173,6 milhões, do BIRD;

- . Campus da Universidade de São Paulo, contrapartida a empréstimo no valor de OTN 5,5 milhões, do BIRD;
- . Universidade Estadual Paulista, empréstimo no valor de US\$ 40 milhões, do BIRD;
- . Novo Telecurso do Ensino de 1º Grau (Fundação Roberto Marinho, R.J.), financiamento BIRD a fundo perdido;
- . Programa de Atendimento Educacional ao Servidor Público (SEDAP);
- . Centro de Educação Física e Desporto Estudantil (AM), FAS;
- . Campus da Fundação Universidade Estadual de Londrina (PR), FAS;
- . Hospital Regional Universitário, da Universidade Estadual de Londrina (PR), FAS;
- . Edificações da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Cornélio Procópio (PR), FAS;
- . Campus da Universidade Estadual de Ponta Grossa (PR), FAS;
- . Recuperação de prédios sinistrados da Universidade Federal de Minas Gerais, FAS;
- . Projetos de Lei:
  - autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal de Gurupi (GO);
  - autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal de Cruz Alta (RS);

- autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Nacional de Ensino a Distância;
- autoriza o Poder Executivo a reestruturar o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC), alterando critérios de alocações de recursos do Salário Educação;
- criação de cursos noturnos em IES federais.

### C. Estudos e Pesquisas

Nesta área, houve concentração de esforços em estudos internos de apoio ao processo de acompanhamento e a seu escopo de inovação dos padrões de diagnose. Entretanto, solicitações externas levaram à elaboração de "occasional papers" sobre tópicos adjacentes ao programa de trabalho estabelecido. Arrolam-se, a seguir, os títulos mais destacados:

#### 1. Textos Publicados:

- As Universidades Comunitárias: um Modelo Alternativo; São Paulo, Ed. Loyola, 1988, por Raulino Tramontin e Ronald Braga.
- A Era do Rádio e a Produção Literária no Rio Grande do Sul; Porto Alegre, Instituto Estadual do Livro, 1988, por Lígia Cademartori.
- Recuperação da Memória do Teatro Brasileiro; Porto Alegre. Instituto Estadual do Livro, 1988, Lígia Cademartori.
- A Formação do Público Leitor no Brasil, in Leia Suplemento Educação, por Lígia Cademartori.
- A Produção Literária Infanto-Juvenil, in Leia. Suplemento Educação, por Lígia Cademartori.

- O Ensino Superior no Brasil e na Inglaterra: Pontos para Reflexão, in Educação Brasileira, nº 19, abril de 1988, por Ronald Braga.
- A Esfinge e a Universidade Brasileira, paper apresentado à 46ª reunião Plenária do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, Florianópolis, março de 1988, por Ronald Braga.
- Modelos e Critérios de Alocação de Recursos Públicos para o Ensino de 1º Grau: Algumas Reflexões sobre a Teoria e a Prática, relato final do Seminário; Brasília, CENDEC, junho de 1988, por Ronald Braga.
- A Política de Regionalização Universitária", paper apresentado ao 1º Encontro Regional de IES do Sistema Estadual de Minas Gerais, em Boa Esperança (MG), junho de 1988, por Ronald Braga.
- Políticas de Ajuste e Educação Básica, por José Amaral Sobrinho, para uma coletânea de ensaios sobre Políticas de Ajuste e Políticas Sociais, a ser publicado pelo UNICEF.
- A Educação nas Estatísticas Nacionais: um Comentário, in A PNAD dos Anos 80, ABEP, 1988, por Divonzir Arthur Gusso.
- Aspectos Sócio-Políticos do Processamento Constitucional. Direitos Sociais e Educação, para uma coletânea de ensaios a ser publicada pela FUNDAP (SP), por Divonzir Arthur Gusso.

2. "Papers" e Notas Técnicas (não publicadas):

- Reflexões sobre o Planejamento Educacional no Brasil.
- Permanência Diária na Escola: Fatos e Dúvidas.
- Estudo sobre Despesas Públicas em Educação no Brasil, 1980-1985.

- Cronologia de Eventos do Ensino Superior em 1987/88.
  - Considerações Preliminares sobre o Capítulo Educação no Projeto da Constituição Federal de 1988.
  - Comentários ao Relatório do Banco Mundial: Ensino Superior.
  - Atuação dos Órgãos Estaduais de Cultura.
  - Financiamento e Encargos Governamentais em Educação.
  - Educação: Avanços e Lacunas na Constituinte.
  - Financiamento da Educação em Estados e Municípios: Esforço Potencial e Disparidades Regionais.
  - Financiamentos Externos para Educação: Experiência Brasileira.
  - Política e Financiamento da Educação de 2º Grau.
  - Argumentos do Pré-Escolar.
  - Qualidade Formal e Política de Atendimento ao Pré-Escolar.
  - Educação e Política Social.
  - Educação e Assistência: Discutindo Estilos de Oferta Pré-Escolar.
3. Estudos Preliminares para Pesquisas:
- Escola e Trabalho: Opção ou Oposição, Termos de referência para um ensaio antropológico-educacional em andamento na UFRJ.

- Atuação das Universidades na Área Cultural. Levantamento de informações junto ao MEC e CRUB.
- Validação de Metodologia e de Questionário para Levantamento de Atividades Culturais nas Universidades. Testes na UFMG e PUC/MG.
- Estatísticas Recentes do Ensino Superior no Brasil. Subsídios para um estudo sobre financiamento da pesquisa nas universidades brasileiras a realizar-se na FAPESP.
- A Questão do Magistério no Ensino de 1º e 2º Graus. Pesquisa bibliográfica e de fontes de dados estatísticos no período 1970/88.

D. Informações

Encontra-se em implantação um primeiro conjunto de dados estatístico-financeiros - segmento altamente complexo e de difícil manejo - que possibilitará aperfeiçoamentos consideráveis nas atividades de acompanhamento da ação governamental.

E. Participações em Eventos

- Reunião Plenária do Conselho de Secretários Estaduais de Educação, CONSED, Goiânia.
- Encontro das Universidades Comunitárias e Confessionais, PUC/RS, Porto Alegre.
- 46ª Reunião Plenária do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, UFSC, Florianópolis.
- Encontro de Pró-Reitores de Pós-Graduação e Pesquisa, CRUB, Brasília.
- 1º Ciclo de Capacitação Político-Educacional dos Dirigentes da UNDIME, Brasília.

- Seminário Regional de Avaliação das Universidades, UFPa, Belém.
- Seminário Regional de Animadores Culturales, Educadores y Comunicadores, UNESCO/INIDE, Lima (Peru).
- Seminário sobre Modelos de Alocação de Recursos Públicos para o Ensino de 1º Grau, CENDEC, Brasília.
- Seminário sobre Perspectivas do Ensino de 2º Grau, SESG-MEC/USP, São Paulo.
- Reunião Plenária do Conselho de Secretários Estaduais de Educação, CONSED, São Paulo.
- Seminário sobre Avaliação das PNAD na Década de 80, ABEP, Nova Friburgo.
- Seminário sobre Planejamento e Reconstitucionalização, CENDEC, Brasília.
- Seminário sobre Experiências Inovadoras em Educação, CENDEC, Brasília.
- Seminário sobre Financiamentos Externos para a Educação, PNUD/SEB-MEC, Brasília.
- Seminário sobre Constituinte e Planejamento, ASPAR/CENDEC, Brasília.
- Congresso Nacional da Confederação dos Professores do Brasil, CPB, Goiânia.
- Bienal Nestlé de Literatura, Nestlé, São Paulo.
- Reunião Técnica sobre os Rumos da Universidade de Ijuí, UNIJUÍ, e reunião das IES isoladas do DGE 38, Ijuí (RS).

- 47<sup>a</sup> Reunião Plenária do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras e II Conferência Intermediária da Associação Internacional de Universidades.
- Seminário sobre Perspectivas para a Nova Constituição Paulista, FUNDAP, São Paulo.
- Seminário sobre Nuevas Orientaciones en Políticas Sociales en America Latina y el Caribe, CEPAL/ILPES, Quito (Ecuador).
- Seminário sobre Perspectivas do Ministério da Educação Após a Constituinte, SEPLAN/SG/MEC.
- Seminário sobre Relações Institucionais MEC-Estados-Municípios na Gestão de Sistemas Educacionais, SEB-MEC, Brasília.
- Seminário sobre Cultura e Sociedade, USP, São Paulo.
- I Congresso de Educação Pré-Escolar dos Países do Cone Sul, UMEP/Brasil, Santa Maria (RS).
- Reunião do Conselho Mundial da Organização Mundial para a Educação Pré-Escolar, OMEP/Mundial, Praga (Tchecoslováquia).
- Seminário sobre Educação Constituinte e Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, PUCCAMP, Campinas.
- Seminário da Associação de Dirigentes Municipais de Educação de Minas Gerais, ADIME-MG, Belo Horizonte.
- III Encontro Nacional de Bibliotecários, Porto Alegre.
- Mesa Redonda sobre "Literatura Infanto-Juvenil Contemporânea" IEL, Porto Alegre.
- Simpósio Nacional de Avaliação Educacional, ABM, Universidade Luterana de Canoas (RS), Canoas.

V - COORDENADORIA DE EMPREGO E SALÁRIOS - CES

A CES concentrou seus esforços em três linhas de ação, além das atividades de rotina:

A. Estudos Técnicos

- Os Arranjos Familiares das Famílias Matrifocais;
- Participação do Menor na Força de Trabalho Brasileira nos anos oitenta: caracterização e reflexão sobre política de emprego e política social;
- O Menor e o Mercado de Trabalho no Brasil;
- A urbanização da Amazônia: Realidade e Significado;
- Urbanização e Metropolização no Nordeste;
- Mudança Tecnológica, Organização do Trabalho e Formas de Gestão;
- Remuneração do Funcionalismo Público.

Notas Técnicas

- Negociações Coletivas;
- PNAD: Notas sobre sua Utilização;
- Emprego e Salários: Alguns Comentários Prospectivos;
- Seguro Desemprego.

B. Elaboração de Cenários para a Virada do Século

- Século XXI: A Quantas Andará e Onde Andará a População Brasileira;
- A Urbanização no Brasil: Retrospectiva, Componentes e Perspectivas;

- Avaliação de Técnicas de Projeção da PEA baseadas em Modelos Teóricos;
- Projeção da PEA Urbana no Brasil: Notas Preliminares para Discussão;
- Evolução da População Economicamente Ativa no Brasil até o ano 2010.

C. Acompanhamento de Variáveis Macroeconômicas

- Mercado de Trabalho em 1987: Nível de Emprego Estável e Queda nos Rendimentos dos Trabalhadores.
- Mercado de Trabalho - Primeiro Semestre de 1988: Manutenção do Emprego e Melhoria dos Rendimentos;
- Ocupação, Desemprego e Subemprego dos Menores de 10 a 17 anos no período 1982/1987.

D. Atividades de Rotina

Pareceres Técnicos

- Projeto de Lei do Senado nº 176/83 do Senador Hélio Gueiros;
- Prioridades Sociais, como viabilizar as ações de curto prazo;
- Projeto de Lei do Senado nº 133/83;
- Projeto de Lei do Senado nº 137/83 do Senador Roberto Campos;
- Projeto de Lei Complementar nº 171/80 do Deputado Vasco Neto;
- Projeto de Lei nº 135/83 de autoria do Senador Roberto Campos.

Mensagem Presidencial

- Contribuições para a Mensagem Presidencial ao Congresso Nacional;
- Contribuições para o Relatório de Três Anos do Governo Sarney.

Notas Informativas

- Impactos Prováveis das Mudanças Constitucionais sobre as Finanças da União.

E. Seminários

- Mudança Tecnológica, Organização do Trabalho e Formas de Gestão: Seminário Internacional realizado conjuntamente com o CENDEC - 03 a 07/10/88;
- Relações do Trabalho;
- Perspectivas de Crescimento e Distribuição Espacial da População e das Atividades Econômicas realizado conjuntamente com o CENDEC em 23/03/88.

Participação em Órgãos Colegiados

- Conselho Nacional da Política de Emprego,
- Conselho Federal de Mão-de-Obra;
- Grupo Coordenador da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS);
- Conselho Nacional de Cinema (CONCINE).

VI. COORDENADORIA DE INDÚSTRIA E TECNOLOGIA - CIT

A. Atividades de Planejamento e Acompanhamento de Planos e Programas e de Elaboração de Subsídios

- Participação no Grupo de Trabalho MINIFAZ-MIC-SEPLAN-MCT e MINTER, encarregado de elaborar a Nova Política Industrial (Decreto-Lei nº 2.433 e Decreto nº 96.760).

- Elaboração de relatórios trimestrais de acompanhamento conjuntural da indústria de transformação, com ênfase na avaliação do ritmo de atividade, comércio exterior e comportamento dos investimentos industriais.

- Elaboração de subsídios para a reformulação de instrumentos de política econômica de maior pertinência ao desempenho de médio e longo prazos do setor industrial (diretrizes de política industrial para a década de 90).

- Acompanhamento da execução dos projetos das empresas públicas nas áreas de siderurgia, petroquímica, metais não ferrosos, fertilizantes, álcalis e mineração (SEST-9 e 9A; Decreto nº 92.008; Programas do CDI).

B. Atividades Específicas

- Notas sobre o Projeto de Saneamento Financeiro da USIMINAS MECÂNICA S.A., com vistas ao processo de privatização.

- Elaboração de termos de referência para o Projeto de Gerenciamento do Setor Público/BIRD sobre os seguintes temas: modelo setorial de impactos de demanda final e intermediária nas projeções setoriais; análise de formas alternativas de financiamento de empresas estatais; desenvolvimento tecnológico e estratégia de "inserção competitiva".

- Elaboração de nota sobre o grau de abertura ao exterior da indústria de transformação.

- Elaboração de relatório sobre a viabilidade de projetos industriais eletrointensivos (alumínio, ferroligas e soda-cloro) na hipótese de elevação da tarifa de energia elétrica (versão preliminar apresentada à Comissão Nacional de Energia).

- Estudo sobre o Projeto ALCANORTE, o Setor de Barilha e de Fertilizantes (subsídios para o Conselho Federal de Desestatização).

- Estudo sobre o preço dos aços brasileiros.

- Nota sobre a gravosidade da exportação de aço.

- Análise de projetos industriais apresentados aos Conselhos do CDI e SUFRAMA.

- Estudo para o Secretário-Geral da SEPLAN sobre a situação atual do Programa de Petroquímica.

- Parecer sobre Projeto de Lei nº 622/88 - (Programa de Incentivos ao Desenvolvimento Tecnológico das Indústrias de Pequeno Porte).

- Parecer sobre proposta do MIC-CEBRAE relativa à Política de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas.

- Parecer sobre proposta do Governo de Minas Gerais de apoio à modernização da indústria mineira com recursos de financiamento do BIRD.

- Parecer sobre solicitação de crédito suplementar para a Companhia Siderúrgica da Amazônia - SIDERAMA.

- Elaboração de estudos e notas sobre Zonas de Processamento de Exportações.

- Elaboração do estudo de reestimativa do mercado nacional de energia elétrica para a SEST, em conjunto com a CME.

- Acompanhamento estatístico de indicadores macroeconômicos e setoriais relativos à indústria, inclusive através de implantação de sistema informatizado.

- Acompanhamento da produção e do investimento privados dos setores produtores de insumos básicos e bens de capital.

- Participação em grupo de trabalho interministerial para elaboração do Programa de Indústria de Rolamentos (SDI-MIC).

- Redação, a partir das propostas dos ministérios competentes, da Mensagem Presidencial ao Congresso Nacional (MIC e MCT).

- Elaboração de nota sobre diretrizes para a elaboração do OGU/89, nas áreas de Ciência e Tecnologia e Siderurgia.

- Elaboração de nota sobre pauta de projetos para financiamento pelo Fundo Japão.

- Elaboração de nota sobre a desestatização da comercialização do trigo: fator de concentração industrial.

- Elaboração de nota sobre a proposta de acordo setorial da indústria cimenteira.

- Elaboração de proposta para regulamentação de consórcios para compra de veículos na ocorrência de eventual liberação de preços.

- Elaboração de sugestões para o cálculo da margem de lucro nos pleitos analisados pelo CIP.

- Elaboração de nota sobre o projeto de implantação dos laminadores de perfis e trilhos na AÇOMINAS.

- Participação em grupo de trabalho para análise dos incentivos fiscais, "funding" do BNDES e do FNDCT, (SEPLAN-MF).

- Prestação de assessoria ao representante da SEPLAN no CIP, inclusive na montagem de pesquisa sobre o comportamento do mark-up na indústria.

#### C. Participação em Eventos

- Seminário para avaliação das propostas de regulamentação das Zonas de Processamento de Exportações (ZPE's) realizado pelo MIC e FUNDAP.

- Reuniões sobre evolução da conjuntura econômica de iniciativa do INPES/IPEA.

- Seminário "Forma Nacional" - idéias para a modernização do Brasil.

#### D. Participação em Órgãos Colegiados e Representações

- Comissão para Concessão de Benefícios Fiscais a Programas Especiais de Exportação - BEFIEX/MIC.

- Grupo Setorial I - CDI/MIC - Indústrias de Bens de Capital.

- Grupo Setorial II - CDI/MIC - Indústrias Metalúrgicas Básicas.

- Grupo Setorial III - CDI/MIC - Indústrias Químicas e Farmacêuticas.

- Grupo Setorial IV - CDI/MIC - Indústrias de Produtos Intermediários não-Metálicos e Indústrias de Cimento, de Papel e Celulose.

- Grupo Setorial V - Indústria Automotiva e seus Componentes.
- Grupo Setorial VI - Indústrias de Bens de Consumo.
- Conselho Binacional do Centro Brasileiro-Argentino de Biotecnologia.
- Conselho da FINEP.
- Conselho da ABNT.
- Conselho do CONMETRO.
- Grupo de Assessoramento do CCT/MCT.
- Conselhos Deliberativo e Fiscal do CEBRAE.
- Conselho de Administração da SUPRAMA.
- Grupo Executivo de Indústria de Mineração.
- Grupo de Assessoramento do CONIN/MCT.
- Comitê Deliberativo do Projeto Épico, INPES/BIRD.

VII. COORDENADORIA DE MINAS E ENERGIA - CME

As atividades da CME no ano que passou compuseram-se principalmente de:

A. Elaboração de Pareceres

- Solicitação de empréstimo externo pela CESP, junto ao BIRD, para o Projeto do Sistema de Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica a ser implantado no período 1988/94;

- Solicitação de empréstimo externo pela ELETROBRÁS, junto ao BIRD, para o II Programa de Eletrificação Rural - PER;

- Solicitação de recursos pelo Governo de Goiás, para a construção da UHE Palmeiras;

- Solicitação de empréstimo externo pela CELPA, junto ao KFW, para o Projeto de Expansão do Sistema Interligado do Nordeste do Pará;

- Solicitação de recursos do PIN pelo EMFA, para serem alocados na conclusão do Projeto Sistema de Abastecimento de Energia Elétrica do Centro de Lançamento de Alcântara (MA);

- Solicitação de recursos pelo Governo de Rondônia para a construção da PCH de Enganado (3.000 kW);

- Solicitação de recursos pelo Governo do Amazonas, para serem alocados na ampliação da Geração de Energia Elétrica do Município de Itacoatiara e Parintins;

- Solicitação de recursos pelo Governo de Rondônia, para serem alocados na implantação de 111 Km de linhas de distribuição de energia elétrica;

- Solicitação de recursos pelo Governo de Rondônia para a compra de sete grupos geradores de energia elétrica a óleo diesel (820 kW cada), a serem instalados nos Municípios de Rolim de Moura, Jarú e Cerejeiras; e

- Solicitação de recursos pela Prefeitura Municipal de Aripuanã (MT) para a compra de 200 postes de concreto.

B. Participação em Grupos de Trabalho, Reuniões e Eventos

- Coordenação do Grupo de Trabalho do Projeto II, constituído pela Comissão Nacional de Energia - CNE;

- Coordenação do Grupo PME e Comercialização do Carvão Energético, constituído na Operação Desmonte;

- Participação no Grupo de Trabalho constituído pela CNE, para desenvolvimento de um planejamento energético global;

- Participação no Grupo de Trabalho do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL;

- Participação em reuniões, na ELETROBRÁS, para discussão do Plano 2010;

- Participação em reuniões do Subgrupo Legislação e Aspectos Institucionais da Área de Energia, coordenado pela CNE;

- Participação em reuniões do Subgrupo Avaliação de Programas Especiais em Energia, coordenado pela CNE;

- Participação em reunião, com técnicos da área de energia da COPPE (UFRJ), visando à questão energética para a década de 90;

- Participação em reuniões, com técnicos da PETROBRÁS, sobre o Programa de Investimento da Empresa nos próximos cinco anos;

- Participação em reuniões, com técnicos da ELETROBRÁS, sobre a Questão do Financiamento do Setor Elétrico no triênio 1988/90;

- Participação em reuniões do Grupo Executivo da Indústria de Mineração - GEIMI;

- Participação em reuniões do Subgrupo Capitalização referentes à Revisão Institucional do Setor Elétrico - REVISE;

- Participação em reuniões do Projeto II, referentes à REVISE;

- Participação em reunião de apreciação do Relatório do Grupo de Trabalho sobre Alumínio - São Paulo;

- Participação em reunião do Grupo Iniciativa Privada - São Paulo;

- Participação em reuniões do Projeto Eletrointensivos, na ABAL/ELETROBRÁS;

- Participação em reuniões, com técnicos da PETROBRÁS, sobre o Sistema de Planejamento e o Processo de Orçamentação da Empresa;

- Participação em reuniões do Grupo PME e Comercialização do Carvão Energético, para a Operação Desmonte;

- Participação em reunião, no INPES, sobre Modelagem Macroeconômica e Perspectivas de Crescimento Econômico até 1995;

- Participação em reunião do Grupo de Cenários, coordenado pela CNE;

- Participação em reunião com técnicos dos Setores de Comercialização e Distribuição da COPERSUCAR;

- Participação em reunião, com técnicos do IAA, sobre Política de Comercialização do Alcool;

- Participação em reunião, com a Diretoria Financeira da PETROBRÁS, para discussão do Esquema de Financiamento das Atividades da Empresa;

- Participação em reunião, no Centro de Pesquisa da PETROBRÁS, para discussão do Programa de Exploração de Petróleo em Águas Profundas;

- Participação no Curso Ciclo de Debates sobre Formação de Preços Industriais, realizado no CENDEC;

- Participação no Seminário de Conservação de Energia Elétrica em Prédios Públicos, patrocinado pela ELETROBRÁS/ELETRONORTE/CEB;

- Participação no Seminário Cenários da Economia Brasileira, realizado no FEA (UFRJ);

- Participação no 1º Encontro Brasil/Comunidade Econômica Europeia - CEE, sobre Preços e Tarifas da Área de Energia - Brasília;

- Participação no 1º Encontro Brasil/CEE sobre Métodos e Técnicas de Planejamento Energético - Rio de Janeiro;

- Participação no debate sobre PROÁLCOOL: Presente e Futuro, promovido pela Federação do Comércio do Estado de São Paulo;

- Palestra sobre "Programa de Mobilização Energética", proferida no 1º Curso de Planejamento Energético - Secretaria Catarinense de Energia - Florianópolis;

- Palestra proferida sobre o Sistema Federal de Planejamento, no 1º Encontro de Cooperativas de Eletrificação Rural - Centro Nacional de Energia Agrícola - CENEA;

- Palestra sobre Sistema de Planejamento Federal e Supervisão Ministerial, proferida em Seminário de Planejamento - CENTRECON;

C. Estudos e Trabalhos

- A Questão Energética na Década de 90;

- Energia: Problemas e Perspectivas;

- Energia: Políticas e Perspectivas;

- Estudo para o grupo PME e Comercialização do Carvão Energético, da Operação Desmonte, sobre a extinção do PME e do subsídio ao transporte do carvão energético para fora dos estados produtores;

- Síntese de Avaliação da Proposta de Projeto Apoio ao Desenvolvimento da Região de Influência do Programa Grande Carajás;

- Procedimentos para o Cálculo do Preço de Realização do Derivado Médio de Petróleo;

- Avaliação Econômica de Projetos de Indústrias Eletrointensivas, (alumínio, soda-cloro e ferroligas);

- Estudo sobre Resíduos Agrícolas - Realidade e Ilusão;

D. Notas Técnicas

- Extinção do Subsídio ao Transporte e Movimentação do Carvão Energético para fora dos Estados Produtores;

- Elenco de Medidas para Minimizar/Anular o Efeito do Subsídio ao Transporte do Carvão Energético no Déficit do Tesouro;

- Alocação de Recursos em Energia e Mineração: Diretrizes e Prioridades;

- Situação das Obras da UHE Xingô;
- Concessão de Prioridade para Empréstimo Externo à CEMIG, para Construção da UHE Nova Ponte;
- Financiamento do Setor Elétrico no período 1988/91;
- Nível de Preços do Derivado Médio de Petróleo;
- Relatório Parcial de Demanda de Energia;
- Planejamento Energético;
- Tópicos para Estudos de Petróleo e Gás Natural;
- A Política de Preços para Derivados de Petróleo e Alcool;
- Problemas e Perspectivas do Petróleo e Alcool;
- Principais Medidas Propostas pela CNE, no documento Política de Combustíveis Líquidos;
- Ajustes na Política de Combustíveis Líquidos;
- Urânio;
- Reflexos da Nova Constituição na Área Mineral;
- Recursos minerais da Região Centro-Oeste;
- Aproveitamento do Petróleo em Águas Profundas, da PETROBRÁS;
- Tecnologia Mineral;
- Programa Nacional de Avaliação e Controle em Áreas de Extração de Ouro;

- Atuação da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM;
- Situação das Tarifas do Setor Elétrico Brasileiro;

E. Representações

- Representação no Subgrupo de Legislação e Aspectos Institucionais em Energia, sob a coordenação da Comissão Nacional de Energia - CNE;
- Representação no Subgrupo Avaliação de Programas Especiais em Energia, sob a coordenação da CNE; e
- Representação no REVISE, coordenado pela ELETROBRÁS.

VIII - COORDENADORIA DE PLANJAMENTO MACROECONÔMICO-CPM

Em 1988 a CPM prestou assessoramento ao Ministro da SE-PLAN, nas áreas de acompanhamento macroeconômico de curto prazo e dispêndio público. Foram produzidos vários textos e notas, destacando-se, entre eles:

. Evolução Recente dos Mecanismos de Conversão da Dívida Externa Brasileira;

. Desempenho da Balança Comercial e a Adoção da Política Industrial e da Reforma Aduaneira;

. Programa de Estabilização da Economia Brasileira para o Biênio 1988-1989;

. A Administração Orçamentária Federal para 1988-1989;

. Perspectivas da Conjuntura Internacional e Projeções da Balança Comercial Brasileira em 1988;

. Projeções de Inflação;

. Projeção de Parâmetros para o Orçamento Geral da União de 1989;

. Previsão da Taxa de Crescimento do PIB em 1988;

. A Política Cambial para 1988;

. Redução dos Dispêndios com Pessoal Estabelecida pelo Decreto 94.666/87;

. Projeções do Balanço de Pagamentos em 1988;

. Negociação da Dívida Externa.

Com a transferência de parte da equipe à SEPLAN, a partir de novembro, houve uma reformulação no plano de trabalho da Coordenadoria, que orientou-se para os assuntos da dívida externa, contas nacionais e análise do modelo macroeconômico - Macrobrás, desenvolvido pelo ILPES/CEPAL para o Brasil. Geraram-se os seguintes documentos:

1. Conversão da Dívida Externa em Investimentos: Avaliação do Impacto Monetário Recente. Dentre os resultados deste estudo, destacam-se:

- o peso dos recursos liberados por conta de conversões registra impacto monetário da ordem de 2% do total de monetização, no período janeiro-outubro de 1988;

- o resultado líquido das contas cambiais respondeu por 36% daquele total, enquanto os saques dos depósitos "hedge" dos exportadores foi responsável por 19% ao longo dos 10 primeiros meses de 1988;

- cerca de 76% das conversões foram aplicadas nos Estados de São Paulo, Bahia e Amazonas, concentrando-se nos segmentos industriais de maior competitividade internacional (material eletroeletrônico, celulose e papel, mecânica, petroquímica e produtos alimentares),

2. Ajuste Fiscal no Modelo Macrobrás. São os seguintes os principais resultados:

- o ajuste fiscal antiinflacionário é mais eficiente quando orientado para o corte nos gastos. A noção de eficiência refere-se à parte de Produto Interno Bruto por percentagem de redução de inflação;

- seja qual for o mix de política, a taxa de inflação apresenta-se pouco sensível ao ajuste fiscal;

- fica evidenciada a dificuldade de se modelar uma economia com elevada inflação. Não obstante, o sistema de indexação apresenta-se como relevante na descrição do processo inflacionário.

3. Contas Nacionais: Observações sobre a Recente Revisão das Contas Consolidadas e a Questão da Poupança no Brasil. Neste documento, destacam-se os seguintes pontos:

- ficam registradas mudanças estatísticas relevantes, especialmente, no que se refere à taxa de crescimento do PIB, do produto real de alguns setores e à formação bruta de capital fixo;

- uma revisão conceitual a respeito da poupança interna, tratando-se o excedente enviado ao exterior como resultante de um esforço interno, revela que a taxa de poupança, denominada territorial, está ao redor de 22% do PIB em 1986, em contraposição ao dado de 16,9 oficialmente calculado;

- o problema de ajustamento da economia brasileira depende muito mais da negociação sobre a renda enviada ao exterior do que de aumentar o esforço interno de poupança.

Para 1989, a CPM pretende desenvolver um conjunto de trabalhos voltados à questão do ajustamento macroeconômico.

IX. COORDENADORIA DO SETOR EXTERNO - CSE

A CSE passou a integrar a estrutura organizacional do IPLAN em 23 de fevereiro de 1988, através da Instrução Normativa da Presidência do IPEA nº 003. No período, desenvolveu as seguintes atividades:

- I - Acompanhamento sistemático das variáveis do setor externo da economia, com vistas à implantação de banco de dados que subsidie estudos e projeções.
- II - Participação no Projeto SEPLAN/IPLAN/MRE/IBGE para montagem de banco de dados internacionais.
- III - Participação em seminários, grupos de trabalho, cursos e reuniões técnicas:
  - 2º Seminário de Acompanhamento de Políticas Públicas - Política Externa - IPLAN/IPEA.
  - Seminário: O GATT e a Rodada Uruguai - MRE/FIESP/FADUSP - São Paulo.
  - Seminário: Brasil e a Rodada Uruguai - FIPE/Fundação Rockfeller - São Paulo.
  - Seminário: O Planejamento e a Reconstitucionalização - CENDEC/IPLAN.
  - Ciclo de Palestras sobre Economia Internacional - CENDEC/SEAIN/SEPLAN.
  - Reuniões para discussão do orçamento, programa de trabalho e coordenação do processo de eleição do Conselho Diretor do ECIEL - Brasília e Rio de Janeiro.

- Representação na Coordenadoria Geral do Protocolo de Cooperação MRE/IPEA.
- Participação do Coordenador no Comitê Editorial do IPLAN e como Editor Chefe da Revista Planejamento e Políticas Públicas, em fase de implementação.
- Representação no Programa ÉPICO (IPEA/BIRD).
- Participação no Grupo de Trabalho MF-SEPLAN sobre Política de Financiamento às Exportações.
- Reunião do Grupo Interministerial de Bens - MRE.
- Reunião sobre PSE (Producer Subsidy Equivalent) - Negociações no GATT na área agrícola - MRE.
- XVI Encontro Nacional de Economia - Belo Horizonte.
- X Encontro Brasileiro de Econometria - Belo Horizonte.
- Seminário Internacional em Economia - FEA/UFRJ.
- Seminário "A Integração Argentina - Brasil-Uruguai, opções e Desafios para os seus Sistemas Agroindustriais e Alimentares" - UFRJ.
- Ciclo de Conferências "Estratégias de Desenvolvimento: Alternativas para o Brasil - IPEA/INPES - Rio de Janeiro.
- Simpósio "Por Uma Nova Política de Comércio Exterior do Brasil" - Banco Mundial/FGV - São Paulo.

IV - Elaboração de Notas, Estudos e Documentos:

- Notas Técnicas sobre os Convênios IPEA/CEPAL, IPEA/ECIEL e sobre as atividades brasileiras de cooperação técnica internacional.

- Nota Técnica sobre os Leilões de Conversão da Dívida em Investimento.
- Acompanhamento de Políticas Públicas - Indicadores de Conjuntura do Setor Externo.
- Política Comercial.
- Política Cambial.
- Dívida Externa e Balanço de Pagamentos.
- A Conversão da Dívida em Investimento.
- Acordos Recentes Relacionados com a Dívida Externa.
- Estrutura do Intercâmbio Comercial Brasileiro.
- Perspectivas do Comércio Mundial.
- Temas para uma Agenda para a Próxima Década (seminários internos e publicação de relatório):
  - . O Capital Estrangeiro no Brasil: Legislação e Comparação com outros Países.
  - . Conseqüências do Acordo EUA - Canadá para o Brasil.
  - . Resenha do Tratamento de Serviços no GATT e Aspectos Relevantes da Liberação na CEE.
  - . Comportamento de Preços e Composição Ótima da Pauta de Exportações.
  - . Comportamento Recente do Capital Estrangeiro no Brasil.

- . A Economia Política da Política Comercial Recente.
- . Relações Bilaterais com Argentina e Japão.

X. COORDENADORIA DE SAÚDE E PREVIDÊNCIA SOCIAL-CSP

Este relatório resume as tarefas mais importantes executadas pela CSP em 1988, que consistiram, basicamente, no acompanhamento do processo de elaboração da nova Constituição, sobretudo no referente às áreas de saúde, assistência e previdência social, e no desenvolvimento de estudos e promoção de eventos (reuniões de trabalho e seminários) com o objetivo de subsidiar o Poder Executivo na regulamentação das áreas supra-citadas. Relaciona, ainda, estudos e pesquisas realizadas, acompanhamento de ações do Governo, participação da Coordenadoria em órgãos colegiados e outras atividades de rotina.

A. Acompanhamento da Nova Constituição

- Assessoria à SEPLAN e ao Gabinete Civil da Presidência da República, sobre o impacto dos novos benefícios na área da seguridade social;

- participação em comissões sobre questões temáticas (Comissão Nacional Criança e Constituinte);

- preparação de subsídios aos ante-projetos de lei de regulamentação da Seguridade Social, mediante utilização de consultoria externa, através de contrato com o Núcleo de Estudos em Saúde Pública-NESP, da Fundação Universidade de Brasília-FUB, com recursos provenientes do Projeto de Gerenciamento do Setor Público-GESEP;

- participação nos seguintes seminários: Financiamento da Seguridade Social e Organização do Sistema Único de Saúde-SUS;

- realização de diversas reuniões de trabalho, com técnicos de outras agências governamentais e especialistas convidados, sobre Financiamento da Seguridade Social, Organização do

SUS e Assistência Social, bem como sobre diversos temas específicos;

- contratação de 5 "papers" de apoio sobre o financiamento do sistema de seguridade social, abordando as potencialidades e limitações das diferentes fontes, bem como a questão da gestão financeira do sistema (Fontes de Recursos para o Orçamento da Seguridade; Subsídios para Regulamentação do Sistema de Seguridade Social; Estimativas para a Construção de um Orçamento da Seguridade Social para os Estados e Municípios; A Nova Fonte de Financiamento da Previdência Social; Mecanismos de Arrecadação, Fiscalização e Gestão Financeira da Seguridade Social) e 4 "papers" de apoio sobre questão da assistência social (A Questão da Assistência Social; Descentralização Política e Administrativa e Arranjo Institucional da Área de Assistência Social no Âmbito do Poder Público; A Questão Conceitual da Assistência Social Capitalista; Participação Comunitária em Políticas Públicas). Além destes "papers", já foi preparada a primeira versão do ante-projeto do Sistema Único de Saúde.

Espera-se, ao final desta atividade que deverá estar concluída até 15/03/89, chegar aos seguintes produtos:

- Ante-projeto de lei sobre o Financiamento do Sistema de Seguridade Social;
- ante-projeto de lei sobre a Organização do Sistema Único de Saúde;
- ante-projeto de lei sobre a Área de Assistência Social.

B. Estudos e Pesquisas

1 - Programa de Estudos sobre Política de Saúde-PESPS (Convênio MS/IPEA/BIRD), que envolveu contratos de financiamento de 35 projetos, reuniões e visitas de acompanhamento das pesquisas contratadas.

2 - Convênio ILPES/OPS/IPEA - Projeto de Pesquisa "A Dimensão Saúde e sua Articulação Intersectorial", cujo produto compreende três projetos, que deverão estar concluídos até março de 1989:

- Política de Saúde e Disponibilidade de Insumos;
- Metropolização, Periferias Urbanas e Condições de Saúde;
- Questão Agrária e Saúde no Brasil Contemporâneo.

3 - Convênio IPEA/UNICEF - Pesquisa sobre a questão sócio-educacional da criança de 0 a 6 anos, contratada à Fundação Carlos Chagas.

4 - Impacto da Crise Econômica nos Serviços de Saúde: O Caso do Brasil - Integrada a um estudo internacional que envolve análise similar em 4 outros países (Uruguai, Equador, México e Honduras), a pesquisa, cujo primeiro relatório foi concluído em 1987, foi patrocinada pela Organização Panamericana de Saúde - OPS/OMS e Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.

Em 1988 foi feita a revisão do capítulo referente ao Brasil, e revisão do documento consolidado (que integra as análises dos quatro países) elaborados pela OPS. A publicação da pesquisa deverá ocorrer no 1º semestre de 1989, através da OPS/OMS.

5 - A Conta Social Revisitada: 1980-1987- este estudo, que faz um levantamento do gasto federal nas áreas sociais, retoma e atualiza para 1987 o documento "Recessão e Gasto Social: A Conta Social Consolidada 1980-1986" elaborado no ano anterior.

6 - Problemas e Perspectivas da Assistência Social no País.

7 - Assistência Social: Desenho das Principais Questões.

8 - O Papel do Orçamento Fiscal no Financiamento do Sistema Único de Saúde.

9 - Estimativas e Projeções da População Total, Urbana e Rural, por grandes regiões e Unidades da Federação, para o período 1980-2000.

10 - Saúde: Situação Atual e Perspectivas.

11 - A Capacidade Instalada dos Serviços de Saúde: Necessidades para o ano 2000 (em elaboração).

12 - O Financiamento da Saúde no Período 1980-87 (em andamento).

13 - O Financiamento da Assistência Social (em elaboração).

C - Outras Atividades

1. Ampliação, manutenção e atualização do banco de dados da CSP.

2. Preparação de plano tabular e de indicadores sociais sobre Infância e Adolescência para o Sistema Integrado de Informações com a FIBGE e FUNABEM.

3. Levantamento, por fonte e projeto/atividade, dos gastos em saúde no período 1980/87, o que deverá propiciar a elaboração de texto sobre a questão.

4. Assessoria à SES/SP, na organização do Seminário Nacional sobre o Financiamento do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde,

D. Participação em Seminários, Eventos, Encontros

Eventos que tiveram participação de técnicos da CSP como conferencistas, debatedores, coordenadores ou relatores:

1. Seminário de Recursos Humanos para a Saúde, promovido pelo Núcleo de Estudos de Saúde Pública - NESP, do Centro de Ciências da Saúde da UFPb.

2. Seminário de Avaliação dos Projetos do Programa de Estudo sobre Política de Saúde - PESPS.

3. Seminário de Avaliação das PNADs - promovido pela ABEP.

4. V Seminário Nacional de Pesquisa em Enfermagem, promovido pela ABEN.

5. Seminário Nacional sobre o Financiamento do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde - SUDS, promovido pela SES/SP.

6. Seminário sobre a montagem de um "Sistema Integrado de Informações sobre a Criança e o Adolescente".

7. Saúde e Desenvolvimento, seminário promovido pela OPS.

8. Administração de Serviços de Saúde, promovido pela UFMG/BH.

9. I Encontro Nacional de Odontologia, promovido pelo MS e OPS.

10. Seminário sobre Planejamento e Democratização, promovido pelo CENDEC.

11. Seminário para reciclagem dos profissionais da LBA/DF - (OMEF/LBA).

12. Encontro de movimentos comunitários da Região Centro-Oeste.

13. Seminário sobre o SUDS: Financiamento e Dimensionamento do Gasto em Saúde, promovido pelo Centro Regional de Saúde de Montes Claros, CRISNOR e Faculdade de Medicina de Montes Claros.

14. Seminário Nacional sobre Previdência Social: O (novo) Plano de Benefícios da Previdência e a Viabilidade Financeira do Sistema, promovido pela Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia.

#### E. Pareceres

. Recursos do FAS em favor da Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá/MT.

. Carta Consulta do Governo do Estado do Acre sobre financiamento do FAS destinado à construção de um hospital geral em Cruzeiro do Sul/Acre.

. CE/BIRD - Plano Estadual de Saúde 1987/90 - Governo do Estado do Amazonas.

. Crédito Eximbank para aquisição de equipamentos médico-hospitalares.

. Projeto de Lei nº 604/88 de autoria do Deputado Osvaldo Bender.

. Projeto de Lei nº 7878/86 que autoriza o Poder Executivo a criar a Meridional Previdência Privada.

. Empréstimo do FAS para ampliação do Hospital de Caridade de Ijuí/RS.

. Projeto de Prevenção da Cárie Dental em Crianças de 7 a 12 anos.

. Suplementação de recursos do FAS para a Secretaria de Saúde do Acre para conclusão de hospital geral em Rio Branco.

. Recursos financeiros à CODEVALE/MG, para aquisição de 4 unidades móveis médico-hospitalares na Zona Rural.

. Empréstimo do FAS para ampliação do Hospital Regional de Ceilândia/DF.

. Empréstimo do FAS destinado à ampliação dos serviços de saúde em Ceilândia e Taguatinga (SES/DF).

. Programa Integrado de Melhoria Social/PIMES, do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

. Proposta do MS de alteração do PSA, mediante substituição da cesta básica de alimentos por leite enriquecido.

. Crédito extraordinário para modernização emergencial do Instituto Butantã e da Fundação Ezequiel Dias.

. Documentação relativa ao PMS-II (2ª fase), para o que está sendo solicitado empréstimo do Banco Mundial.

. Projeto de Lei nº 140/83, tendo em vista seu desarquivamento pelo Senado Federal em 19/10/87.

. Recursos financeiros para ampliação da unidade hospitalar Luzia Teodoro da Costa em Orós/CE.

. Recursos da Prefeitura de Paranacity/PR para construção de hospital.

. Liberação de verba à Santa Casa de Misericórdia de Jales.

. Orientação para construção de uma unidade de saúde para funcionamento de uma casa de parto em Jandaíra/BA.

. Criação do Conselho de Administração de Políticas e Programas de Alimentação e Nutrição.

#### F. Notas Técnicas

. Discussão do contrato entre o Brasil e o BIRD, para execução da fase II do Projeto Saúde no Nordeste.

. Resumo dos debates sobre o Papel Institucional do IPLAN.

. Nota sobre o OGU - 1989: Área Saúde.

. Crédito Suplementar para o Programa de Auto-Suficiência em Imunobiológicos/MS.

. ABIFARMA: Liberação de preços de medicamentos.

. Fundo Nacional de Saúde/MS.

. Recursos destinados ao Projeto Amazônia: Subsídios para uma Política de Saúde.

. Convênios IPEA/UNICEF (duas notas).

. Perspectivas para a descentralização e financiamento da Assistência Social.

. Observações acerca do comportamento PNEPP do Programa de Gerenciamento do Setor Público.

G. Participação em Colegiados

. Conselho Consultivo da LBA.

. Conselho Deliberativo do INAN.

. Conselho Nacional de Saúde - CNS.

. Conselho Consultivo da Administração de Saúde Previdenciária - CONASP.

. Conselho Diretor do Hospital das Clínicas de Porto Alegre.

. Conselho Deliberativo da F.SESP.

. Conselho Fiscal da F.SESP.

. Conselho Diretor Nacional da Cruz Vermelha Brasileira.

. Comitê de Coordenação do Setor Farmacêutico.

. Comissão de Coordenação do Programa de Desenvolvimento de Recursos Humanos para Saúde.

. Conselho Técnico Consultivo de Assessoria à Presidência do INAN.

. Grupo Interministerial de Pesquisa em Assistência Social.

. Grupo de Coordenação do Programa de Estudos de Políticas de Saúde.

. Grupo de Trabalho Interministerial para a Coordenação das Ações na Área de Alimentação - GTCA.

. Junta Deliberativa do Fundo Nacional de Saúde - FNS.

. Conselho de Previdência Complementar - CPC.

. Grupo Intergovernamental de Combate à Malária.

. Comissão Nacional Criança e Constituinte.

. Comissão de Treinamento do IPLAN.

XI - COORDENADORIA DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - CTC

As atividades da CTC em 1988 foram variadas, compreendendo desde representações em comissões governamentais a trabalhos técnicos sobre problemas específicos da área.

Os técnicos representaram a SEPLAN na Comissão de Coordenação do Transporte Aéreo Civil (COTAC), no Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante (CDFMM), na Comissão Interministerial de Segurança de Trânsito, na Comissão Coordenadora de Implantação e Desenvolvimento do Transporte Intermodal (CIDETI) e do Grupo de Trabalho Interministerial para o equacionamento da dívida externa da FEPASA, entre outros. Além de participação técnica, várias dessas Comissões têm exigido a coordenação e elaboração de análises de fundo e o encaminhamento e acompanhamento de ações práticas, destacando-se, nesse sentido, os casos do equacionamento da dívida da FEPASA, o CDFMM e o Projeto Piloto de Curitiba do Programa Nacional de Atenção ao Acidentado de Tráfego.

Outras atividades de natureza representativa incluem a apresentação de trabalhos em seminários e congressos, participação na "Operação Desmonte", análises das implicações da nova Constituição no setor transportes e nas ações da SEPLAN, e reuniões com órgãos de financiamento internacionais.

Trabalho importante foi desenvolvido na análise de projetos e pedidos de financiamento encaminhados à SEPLAN (32 pareceres) e em munir os titulares das diversas áreas da SEPLAN com informações sobre assuntos específicos (31 notas técnicas).

Em fins de 1988, a CTC intensificou uma das suas atividades tradicionais de maior importância: a produção de textos de maior fôlego, em que se analisam questões de relevância para a atuação governamental.

Dentro dos trabalhos em que se focalizam os problemas e as perspectivas da década de 1990, destacam-se questões que o próximo governo enfrentará e as opções disponíveis. A CTC está produzindo documentos sobre os seguintes temas:

1) Transportes Urbanos na Década de 1990 (texto concluído, 80 p.);

2) A Regulamentação Estatal no Setor de Transportes (minuta concluída);

3) O Financiamento do Setor Transportes (em andamento);

4) A Alocação de Carga entre Modos de Transporte (em andamento);

5) O Papel do Estado Como Empresário no Setor Transportes (em andamento).

Outros trabalhos incluem um livro sobre transportes urbanos, quatro artigos em revistas técnicas e diversas contribuições apresentadas em seminários e congressos. Há, ainda, um guia ilustrado de segurança viária em áreas urbanas, de aproximadamente 500 páginas, desenvolvido por consultores externos sob a supervisão da CTC. Este guia promete suprir a falta de relevante material técnico disponível em português, e fazer uma contribuição significativa para a redução de acidentes e atropelamentos mediante o uso de engenharia de tráfego e melhorias urbanísticas. Esta obra está no prelo, e integrará a série "Estudos para o Planejamento" do IPEA.

XII - PROGRAMA NACIONAL DE SANEAMENTO RURAL - PNSR

O PNSR, objeto do Contrato de Empréstimo 2532-BR, firmado entre a União e o Banco Mundial, alcança, ao término de 1988, um estágio de amadurecimento bastante avançado.

Os trabalhos desenvolvidos centralizaram-se principalmente em cinco linhas básicas de ação. A primeira linha de trabalho voltou-se para a pesquisa, a análise e a formulação de alternativas de propostas para uma Política Nacional de Saneamento Rural. A segunda linha buscou dar continuidade ao apoio aos estados na formulação de suas propostas de atuação em saneamento rural, no sentido de estimular a reflexão e a integração entre os três níveis de Governo e comunidades. Inserem-se neste item os Programas Estaduais de Saneamento Rural - PESRs, e as Ações Experimentais I e II. A terceira linha de trabalho compreendeu o desenvolvimento de Programa de Capacitação de Recursos Humanos em Saneamento Rural em conjunto com o CENDEC. A quarta buscou dar continuidade à prestação de assistência técnica aos agentes executores do componente "Abastecimento Comunitário de Água" do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - PAPP do Projeto Nordeste (item A.2 do Anexo II do Contrato 2532-BR). A quinta e última refere-se às providências com vistas à transição operacional do acervo técnico-científico, atualmente em elaboração pelo PNSR, para o Ministério da Saúde, incumbido, a partir do Decreto nº 96.634 de 02.09.88 de estabelecer a Política Nacional de Saneamento.

Atividades Desenvolvidas

A. Atividades de Natureza Estratégica

1. Reuniões do Comitê Interministerial de Saneamento Rural.

O Comitê tem como atribuições precípuas orientar, em termos político-decisórios, a execução dos trabalhos do PNSR, bem como supervisioná-los.

Foram realizadas ao todo sete reuniões do CISR desde a constituição do PNSR, uma destas no transcorrer de 1988. Esta reunião teve como objetivos:

- discussão do documento "Perspectivas da Ação Governamental em Saneamento Rural: O Papel do Governo Federal",
- assinatura dos Convênios União/Estado do Pará e de São Paulo, para elaboração dos respectivos PESRs;
- trabalhos em curso no ano de 1988 e previstos para serem desenvolvidos em 1989;
- financiamento das ações de saneamento rural a partir da reforma tributária emanada da nova Carta Constitucional.

## 2. Programa de Cooperação Técnica União-OPAS/OMS

O Convênio União/OPAS-OMS é executado por uma Coordenação conjunta, composta por um representante da OPAS e pelo Coordenador da UCP. Este instrumento tem proporcionado serviços de consultoria, técnicos e de pessoal administrativo, de acordo com as necessidades dos trabalhos.

Avaliação da execução do Programa de Cooperação Técnica União-OPAS/OMS (PCT/União-OPAS):

- Reunião de Análise da Execução do PCT/União-OPAS

Por ocasião da vinda da Assessora Regional de Desenvolvimento Institucional da OPAS/OMS, procedeu-se, em 29/01/88, a uma reunião de análise da situação dos trabalhos de cooperação técnica objeto do Convênio União-OPAS/OMS. O exame compreendeu as atividades executadas desde a data da última avaliação (02/07/87).

- Reunião de Avaliação da Execução do PCT/União-OPAS

Com base na Cláusula Terceira, item 3.11 do Convênio União-OPAS/OMS procedeu-se, em 12/10/88, à segunda avaliação da execução do PCT/União-OPAS. A Coordenação do PNSR apresentou relatório (Relatório de Execução - Convênio União-OPAS/OMS, período julho/87-setembro/88) contendo a situação atual do Programa, com um breve detalhamento das atividades em andamento e a serem desenvolvidas.

3. Missão de Avaliação do BIRD

Nos meses de março e julho de 1988 foram realizadas no PNSR reuniões entre representante do Banco Mundial e coordenadores e técnicos do PNSR, com vistas a avaliar o andamento do PNSR, bem como analisar a proposta preliminar do Programa Nacional de Saneamento Rural.

4. Seminário Internacional de Saneamento Rural

Promovido pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES e Asociación Interamericana de Ingeniería Sanitaria e Ambiental - AIDIS, com apoio técnico e financeiro da OPAS, BIRD e PNSR, o evento ampliou o debate em torno da definição da Política Nacional de Saneamento Rural, reforçando a proposta de descentralização institucional.

5. Programa de Capacitação de Recursos Humanos em Saneamento Rural

Compreende o desenvolvimento de Programa de Capacitação de Recursos Humanos em Saneamento Rural, a partir do trabalho conjunto entre o PNSR e o CENDEC.

A primeira fase do Programa contempla a realização de 06 (seis) "Módulos de Treinamento para Formulação de Projetos Locais de Saneamento Rural", os quais objetivam:

- . apresentar a concepção/princípios/fundamentos da Política de Saneamento Rural;
- . discutir e avaliar a metodologia concebida pelo PNSR para elaboração de Projetos Locais de Saneamento Rural;
- . conscientizar a equipe encarregada da elaboração dos Projetos Locais de Saneamento Rural do seu papel de promotora das ações de saneamento junto às comunidades rurais;
- . possibilitar a formulação de projetos com base nos princípios e metodologias discutidas com o PNSR.

O primeiro Módulo de Treinamento foi realizado em Teresina/PI - 19 a 30 de setembro; o segundo em Santa Inês/MA - 13 a 20 de outubro; e o terceiro em Várzea Grande/MT. Foi realizado em Natal no período de 21 a 25 de novembro o "Módulo de Treinamento para Formulação de PESR's", e nos dias 14, 15 e 16 de dezembro foi promovido na sede do CENDEC o I Seminário sobre Avaliação e Análise de Propostas Estaduais, com vistas a uma avaliação conjunta do documento "Propostas para Implementação do PESR".

#### 6. Programa de Bolsas de Capacitação em Saneamento Rural

Com base no Convênio União/OPAS-OMS - Programa de Cooperação Técnica ao PNSR, a Coordenação do Projeto programou para 1988 a concessão de 4 bolsas de capacitação a serem alocadas a técnicos brasileiros diretamente envolvidos com a questão de saneamento rural, ofertando oportunidade de aprendizado nas áreas de engenharia, promoção e organização comunitárias, aspectos institucionais e econômico-financeiros.

7. Convênio SEPLAN-IPEA/MS-FSESP para desenvolvimento de recursos humanos; acompanhamento e apoio técnico às Ações Experimentais em Saneamento Rural.

- Encontra-se em vias de assinatura o Convênio SEPLAN-IPEA (PNSR)/MS-FSESP, para preparar e aperfeiçoar técnicos desta Fundação em acompanhamento e apoio técnico à elaboração e implementação de Projetos Locais de Saneamento Rural.

8. Desenvolvimento Institucional, Formação de Recursos Humanos e Capacitação - Eventos Promovidos pelo PNSR.

Além dos módulos de treinamento em conjunto com o CENDEC, o PNSR promoveu os seguintes eventos:

- Seminário sobre "Gerenciamento de Processos de Trabalho".
- Seminário sobre "Educação e Participação em Saneamento Rural".
- Seminário Internacional de Saneamento Rural.

#### B. Atividades de Natureza Técnica

O PNSR está organizado em cinco grupos-tarefa. 1) GT-Formulação é responsável pelo encaminhamento do trabalho de produção do conhecimento científico e tecnológico da questão saneamento básico rural. 2) GT-Operacionalização realiza as atividades de assistência técnica aos estados com vistas à formulação dos Programas Estaduais de Saneamento Rural - PESRs. 3) GT-Assistência Técnica ao Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural-ATP/PAPP provê apoio técnico e encaminha o trabalho de articulação das ações de saneamento desenvolvidas por esse programa, no sentido de integrá-las aos PESRs. 4) GT-Assessoria e GT-Administração, desenvolvem os trabalhos que englobam o apoio ao projeto nos aspectos técnico, burocrático, e financeiro.

Tendo como referência esta organização, no transcorrer de 1988 foram desenvolvidos os seguintes trabalhos:

1. Atividades técnicas desenvolvidas pelo GT/Formulação:

- . elaboração de proposta de Política Nacional de Saneamento Rural;
- . pesquisa sobre levantamento das tecnologias utilizadas e/ou em desenvolvimento em Saneamento Rural;
- . elaboração e aperfeiçoamento do conteúdo conceitual e programático em Educação e Participação em Saneamento Rural;
- . desenvolvimento Institucional - Integra os seguintes campos de trabalho: (I) Organização Institucional a nível federal e estadual; (II) Capacitação de recursos humanos; (III) Trabalho de informação, comunicação e difusão;
- . Metodologias para preparação e avaliação de Projetos Locais de Saneamento Rural com participação da comunidade;
- . elaboração de Projetos Locais de Saneamento Rural para os estados do Nordeste: o Contrato 2532-BR, firmado entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, prevê a preparação de aproximadamente 60 projetos locais de Saneamento Rural para cada estado da Região Nordeste, incluindo-se a área mineira sob jurisdição da SUDENE.
- . alternativas de política econômico-financeira para o subsetor. Este trabalho resultará em um manual para projeções econômico-financeiras em saneamento rural.
- . pesquisa e desenvolvimento de alternativas sobre tarifação em saneamento rural, juntamente com técnicos da SABESP,

- . pesquisa sobre Disposição a Pagar Por Serviços Melhorados de Abastecimento de Água em Comunidades Rurais;
- . pesquisa sobre o papel da mulher em saneamento rural;
- . assistência técnica aos estados na elaboração dos Programas Estaduais de Saneamento Rural.

2. Atividades técnicas desenvolvidas pelo GT/Operacionalização:

- . Programas Estaduais de Saneamento Rural, que compreendem proposta e estratégia de presença de estados, municípios e comunidades, e apoio do Governo Federal, na busca de soluções para o problema de saneamento na área rural.
- . Implementação de Ações Experimentais em Saneamento Rural, que compreende a implantação de serviços de saneamento em comunidades rurais e estão sendo desenvolvidos em duas etapas. A primeira está em fase de implementação, e envolveu 16 estados da Federação, dos quais resultará a execução de cerca de 50 projetos locais de saneamento rural.
- . A segunda está sendo executada mediante convênios entre o Governo Federal e os estados, através dos quais se define a nível estadual, o órgão executivo da ação de saneamento rural, ao qual compete promover, coordenar e assegurar a execução das ações de saneamento rural.

Paralelamente a estas ações experimentais, encontra-se em desenvolvimento o Projeto-Piloto do PNSR, em execução no Estado de Minas Gerais, através da COPASA, compreendendo a implantação de projetos integrados de abastecimento de água, esgoto e melhorias sanitárias em 200 comunidades rurais, espalhadas pelo território mineiro.

3. Atividades técnicas desenvolvidas pelo GT/Assistência Técnica ao PAPP:

- . assistência técnica ao componente "Abastecimento Comunitário de Água" do PAPP, apoiando os estados da Região Nordeste nesta etapa, onde deverão ser ajustadas e reagrupadas as ações de abastecimento comunitário de água aos princípios estabelecidos pelo PNSR;
- . desenvolvimento institucional, para apoio técnico aos órgãos envolvidos com a coordenação e execução dos diversos componentes do PAPP;
- . capacitação de recursos humanos, que envolve a realização de eventos - cursos, workshops, encontros técnicos, com o apoio do CENDEC, buscando integrar institucionalmente o corpo técnico estadual envolvido com a execução do componente;
- . financiamento de equipamentos e peças de reposição, envolvendo investimentos para a compra de veículos, equipamentos e peças de reposição a serem utilizados nas tarefas de operação e manutenção dos sistemas.

4. Trabalhos Elaborados pelo GT-Formulação:

- . documento para orientação do diagnóstico institucional a ser desenvolvido a nível dos estados;
- . quadros contendo a definição das atribuições dos possíveis órgãos federais a participar da implementação do PNSR: CISR-MHU-FSESP;
- . termos de referência para contratação de consultoria, com vistas à adoção de uma unidade de gestão técnico-administrativa junto à Secretaria de Saneamento do MHU;

- . minuta de convênio entre SEPLAN/PR - IPEA/MHU, para apoio de Cooperação Técnica, tendo em vista a implementação da UGTA/PNSR;
- . documentos para a Secretaria de Organização e Sistemas do MHU (SOS/MHU), definindo a finalidade da criação de uma Coordenadoria de Saneamento Rural junto à SESAN/MHU.
- . roteiro para levantamento das funções e fluxos das Secretarias de Planejamento, de Orçamento e Programação Financeira da Secretaria Geral do MHU, e da Secretaria de Controle Interno (CISSET) do MHU;
- . plano de operações, aplicações e cronograma de desembolso financeiro para o Convênio IPEA/MHU;
- . relatório sobre andamento físico-financeiro do "Componente B"- Projeto Piloto de Minas Gerais - Parte do Acordo de Empréstimo nº 2532-BR;
- . proposta orçamentária para a execução de ações em saneamento rural e apresentação à SOF/MHU;
- . convênios a serem firmados entre a SEPLAN e os estados para a execução de Ações Experimentais em Saneamento Rural;
- . comparação de metodologias para estabelecimento de prioridades de investimentos;
- . proposta para tipificação das comunidades rurais de pequeno porte segundo os aspectos econômicos;
- . cenários da evolução dos recursos do PNSR;
- . proposta de levantamento de dados para o estudo preliminar das comunidades nos PESR;

- . relatório sobre o seminário de Planejamento e Reconstitucionalização: A Nova Partilha das Receitas Tributárias;
- . relatório sobre a metodologia da pesquisa com comunidades - INEP/Sergipe;
- . estimativas dos dispêndios com juros, taxas, comissões e custos administrativos no projeto piloto de Minas Gerais;
- . participação na elaboração do documento "Plano de Operações" no que diz respeito à parte econômico-financeira;
- . análise dos dados sobre as comunidades rurais dos Estados de Sergipe e Goiás;
- . desenvolvimento e aprimoramento do modelo de Projeções Financeiras (versões 30 anos, 15 anos e 4 anos) e de um Manual de Utilização do modelo de Projeções Financeiras (em andamento);
- . elaboração de termo de referência, avaliação da proposta e acompanhamento de pesquisa "Definição de Alternativas de Políticas de Investimentos e Tarifas para o Saneamento Rural";
- . elaboração de termo de referência, avaliação da proposta e acompanhamento do trabalho "Estruturação Final e Programação Computadorizada do Modelo de Projeções Financeiras";
- . formulário de acompanhamento financeiro das Ações Experimentais I;
- . projeções do número de sistemas a serem construídos com os recursos das Ações Experimentais II de acordo com o período efetivo de aplicação para os estados conveniados;

- . Sugestões ao documento do Programa Estadual de Saneamento Rural do Estado do Maranhão.
- . trabalho sobre os itens necessários à projeção dos custos das Ações em Saneamento Rural no Estado da Bahia;
- . observações sobre o documento "Projeto Experimental de Saneamento Rural no Rio Grande do Norte;
- . estudos alternativos de investimentos em saneamento rural nos Estados do Paraná e Maranhão, através da aplicação do modelo de projeções financeiras, visando subsidiar os programas estaduais dos respectivos estados.
- . Sugestões para melhoria do documento "Avaliação do Subsetor de Saneamento Rural do Estado de Pernambuco".
- . Proposta de aperfeiçoamento e complementação do conteúdo básico do documento "Brasil: Programa Nacional de Saneamento Rural".
- . termo de referência para contratar serviços técnicos especializados, visando aperfeiçoar o Programa Nacional de Saneamento Rural;
- . termo de referência para contratação de 600 Projetos Locais de Saneamento Rural (PLSRs), para 10 estados do Nordeste;
- . relatório do Seminário Latino-Americano sobre Saneamento para População de Baixa Renda, promovido pelo PNUD/CEPAL/BANCO MUNDIAL/MHU e Secretaria de Saneamento, Obras e Meio Ambiente de Pernambuco.
- . proposta de programa de treinamento para as equipes estaduais;

- . redação final do documento "O PNSR e sua Proposta de Gerenciamento junto aos Estados";
- . sugestões para o documento: "Execução de Ações Experimentais: Orientação para Implementação". PNSR;
- . elaboração do conteúdo mínimo do Plano de Operações para os PESRs;
- . "O Processo de Educação e Participação em Ações de Saneamento Rural". PNSR;
- . relatório final do Seminário Nacional sobre Educação e Participação - PNSR - DF;
- . "Educação e Participação e Engenharia e Tecnologia Apropriada: Instruções para sua Operacionalização nos Projetos Locais de Saneamento Rural". - Primeira Parte.

#### 5. Trabalhos Elaborados pelo GT-Operacionalização

##### CONVÊNIOS - Produtos

- Acre - "Situação Atual de Saneamento", e versão preliminar das "Propostas de Implementação", em fase de revisão.
- Amazonas - "Situação Atual de Saneamento".
- Bahia - "Caracterização Geral".
- Ceará - "Situação Atual de Saneamento no Ceará".
- Goiás - "Situação Atual de Saneamento" e "Propostas para Implementação".
- Maranhão - "Situação Atual de Saneamento" e "Propostas de Implementação do PESR/MA".

- Mato Grosso do Sul - "Situação Atual de Saneamento" e "Propostas para Implementação".
- Mato Grosso - "Caracterização Geral", "Situação Atual de Saneamento" e "Propostas para Implementação".
- Pará - "Situação Atual de Saneamento".
- Pernambuco - "Situação Atual de Saneamento".
- Piauí - Elaboração do PESR/PI - (versão preliminar).
- Paraná - "Situação Atual de Saneamento", "Propostas de Implementação" e "Programa Estadual de Saneamento Rural do Paraná".
- Santa Catarina - "Situação Atual de Saneamento" e "Propostas de Implementação".
- São Paulo - "Situação Atual de Saneamento".
- Sergipe - "Situação Atual de Saneamento" - (versão preliminar).

Outros convênios estão em fase de negociação e tramitação, devendo ser assinados em 1989, com os seguintes estados: AL, DF, ES, MG, PB, RN, RO, RJ, RS, AP e RR.

#### 6. Trabalhos Executados pelo GT/ATP.

- Sugestões para assistência técnica do PNSR à fase de operação e manutenção dos sistemas de abastecimento de água do PAPP/PNE.
- Texto, "Plano de Assistência Técnica à Fase de Operação e Manutenção dos Sistemas de Abastecimento D'água do PAPP/PNE".

- Comentários sobre os contratos de projetos dos Estados de Sergipe e Rio Grande do Norte com o Banco Mundial.
- Relatório de viagem ao Estado de Pernambuco.
- Comentários sobre o documento: "COPASA - Relatório Técnico".
- Texto, "Seminário Interno sobre Educação e Participação".
- Proposta de trabalho de assistência técnica ao PAPP.
- Texto, "Saneamento Rural - A fase de Operação e Manutenção".
- Três textos relativos à Proposta preliminar de PLSR: "Comentários" - "Sugestão de Alternativa à Proposta Preliminar e Fluxograma de Atividades".
- Texto, "A Assistência Técnica ao PAPP - ATP/PAPP".
- Relatório das visitas de consulta aos Estados do Nordeste para um trabalho conjunto, PNSR/SUDENE/ESTADO.
- Texto, "Assistência Técnica ao PAPP/PNE - Etapas de Trabalho".

#### 7. Trabalhos Elaborados pelo GT-Assessoria

- Elaboração da proposta de trabalho do grupo GT/Assessoria Técnica.
- Acompanhamento da missão do Banco Mundial - consistindo dos seguintes trabalhos:
  - . elaboração de relatório sobre o andamento dos trabalhos do PNSR;

- . elaboração da agenda de trabalho da missão do BIRD;
  - . participação das reuniões do GTs e BIRD;
  - . elaboração dos "Aide Memoire".
- Elaboração da proposta de programação e alocação dos recursos para financiamento das Ações de Saneamento Rural no Orçamento da União de 1989.
  - Elaboração de Notas Técnicas:
    - . solicitação de transferência dos recursos Encargos Gerais da União. EGU/88 para o IPEA;
    - . encaminhamento do Convênio MHU/IPEA - Desenvolvimento Institucional;
    - . seminário Internacional de Saneamento Rural.
  - Elaboração de quadro demonstrativo dos compromissos contratuais do PNSR.
  - Elaboração do Cronograma Físico do Contrato - 2532-BR.
  - Participação na reunião com o Coordenador de Projetos Financeiros da SAIN/MF - examinar o desempenho do componente de estudos do Projeto nº 2532-BR.
  - Acompanhamento das Agendas de trabalho do PNSR no sentido de verificar a relação entre as ações programadas e executadas.
  - Participação na organização do Seminário Internacional de Saneamento Rural.
  - Acompanhamento da execução das Ações Experimentais.

- Elaboração do relatório de acompanhamento dos trabalhos do PNSR.
- Elaboração do relatório de avaliação de execução do PNSR, subsídio à avaliação da execução do Convênio UNIÃO-OPAS/OMS.
- Acompanhamento da realização da 7ª reunião do CISR.
- Organização preliminar do Centro de Documentação do PNSR.

Participação da equipe do PNSR em Cursos, Seminários e Encontros.

- Curso de Técnicas Modernas de Tratamento de Água - Rio de Janeiro/RJ.
- Seminário sobre Educação para a Saúde - Natal/RN.
- I Seminário Nacional de Tarifação de Serviços de Água e Esgoto - Brasília/DF.
- Seminário sobre Educação Sanitária e Participação - Coxim/MS.
- Seminário de Avaliação de Projetos do Programa de Estudos de Política de Saúde - Brasília/DF.
- I Seminário de Saneamento Rural - Regiões Norte e Centro-Oeste - Cuiabá/MT.
- Seminário sobre Planejamento e Reconstitucionalização - Brasília/DF.
- Curso de Acompanhamento de Projetos - Brasília/DF.

- I Encontro sobre Programas Estaduais de Saneamento Rural dos Estados do Centro e Sul - Florianópolis/SC.
- Seminário Latino Americano sobre Sistemas de Saneamento para populações pobres das áreas rurais e peri-urbanas - Recife/PE.
- I Seminário de Saneamento - Belo Horizonte/MG.
- Seminário para discussão das propostas de implementação do Programa Estadual de Saneamento Rural do Piauí - Teresina/PI.
- Seminário para discussão das propostas de implementação do Programa Estadual de Saneamento Rural do Maranhão - São Luís/MA.
- Seminário para discussão das propostas de implementação do Programa Estadual de Saneamento Rural de Santa Catarina - Florianópolis/SC.
- II Workshop sobre Governo e Planejamento - Brasília/DF.

XIII - PROJETO DE PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE E DAS COMUNIDADES  
INDÍGENAS - PMACI

Durante o ano de 1988 foram retomadas as negociações com o Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID, no sentido do cumprimento da Cláusula 6.12 dos Contratos de Empréstimo 150-IC-BR e 503-OC-BR. Esta Cláusula prevê a apresentação, pelo Governo brasileiro, de um Plano de Ação Definitivo-PAD.

No início do ano realizou-se uma série de reuniões entre os membros do Grupo de Trabalho do PMACI (SEMA, IBDF, MIRAD, FUNAI), SEAIN/SEPLAN, IBGE, Governo do Estado do Acre e Secretaria Geral do então Conselho de Segurança Nacional, visando identificar o posicionamento que o Governo brasileiro adotaria frente à negativa do BID. Destas reuniões, elaborou-se um telex enviado ao BID, que definiu os moldes de uma nova proposta para o PAD.

Desta forma retomaram-se as negociações com o Banco que, no final de maio, enviou missão oficial ao Brasil. Esta missão foi acompanhada por técnicos do PMACI e, ao final, foi preparado um documento com os detalhes de um acordo para a elaboração de uma nova proposta para o PAD, a ser entregue ao BID até 31.08.88.

Durante os meses de junho a agosto, o PMACI esteve envolvido na elaboração do novo PAD, que foi entregue ao Banco no prazo acordado.

Atendendo à solicitação do BID, uma missão do Governo brasileiro, incluindo técnicos do PMACI, deslocou-se até Washington, D.C., de 17 a 23 de setembro, com o objetivo de prestar esclarecimentos adicionais considerados necessários ao pleno entendimento da proposta brasileira.

Após a resposta oficial do BID, que ocorreu no dia 12.12.88, iniciaram-se os preparativos para a elaboração de uma nova manifes-

tação do Governo brasileiro, uma vez que o Banco solicitou esclarecimentos adicionais.

**Outras Atividades:**

No período de 25 a 29 de setembro, o técnico do PMACI/IPLAN, José Rente Nascimento, fez parte, na qualidade de assessor para assuntos de Meio Ambiente e Comunidades Indígenas, da missão brasileira que participou da Reunião Anual Conjunta de 1988 do BIRD/FMI, realizada em Berlim Ocidental.

A partir das mudanças administrativas feitas na Coordenadoria do PMACI, o seu novo coordenador passou a assessorar, informalmente, o Secretário de Assuntos Internacionais da SEPLAN-PR em assuntos relativos a Meio Ambiente e Comunidades Indígenas.

XIV - SETOR DE DOCUMENTAÇÃO-SEDOC

Responsável pelo suprimento das necessidades de informação bibliográfica do corpo técnico-administrativo do IPEA/IPLAN, além das atividades desenvolvidas conforme quadro anexo, contou este ano com a criação da Base de Dados PERI, destinada a recuperar as informações bibliográficas contidas nos principais periódicos recebidos na Biblioteca. Convém ressaltar que consta da Base a referência bibliográfica, com resumo, de todos os artigos do periódico Pesquisa e Planejamento Econômico, do volume 1 ao 18, n.2. Foram incluídos os artigos de outros periódicos, como os da Revista de Economia Política e da Revista Brasileira de Economia.

A. Entrada e Seleção de Material Bibliográfico

1.	Obras adquiridas por compra	40
2.	Obras recebidas por doação e permuta	2.845
2.1	Selecionadas	1.795
2.2	Refugadas	450
3.	Periódicos	
3.1	Títulos nacionais assinados	76
3.2	Títulos estrangeiros assinados	83
3.3	Títulos recebidos por doação (correntes)	165
3.4	Fascículos registrados	4.120
3.5	Exemplares refugados	330
3.6	Fichas Kardex abertas para títulos novos: compra, doação e cópias de sumários	15
4.	Permuta	
4.1	Listas de duplicatas preparadas e divulgadas	3
4.2	Publicações enviadas por permuta e doação (total): Publicação do IPEA	
	Livros e folhetos	70
	Periódicos	280

B. Processos Técnicos

1.	Pesquisa catalográfica	1.845
2.	Registro	
2.1	Livros	306
2.2	Folhetos	291
2.3	Baixados	250
3.	Catalogações	1.072
4.	Classificações	655

5.	Documentos indexados	402
5.1	Novos descritores	5
6.	Anuários e duplicatas acrescentados às topográficas e fichas principais	173
7.	Fichas	
7.1	Datilografadas e revisadas	6.434
7.2	Arquivadas	6.434
8.	Livros e folhetos preparados para empréstimos	1.324
C.	<u>Circulação e Referência</u>	
1.	Empréstimos	2.713
1.1	Devoluções	2.038
1.2	Renovações	33
1.3	Cobranças de atraso	300
2.	Atendimento ao leitor	
2.1	Usuário interno	1.480
2.2	Usuário externo (outras bibliotecas)	695
2.3	Solicitações a outras bibliotecas	380
2.4	Pedidos não atendidos	218
3.	Leitores inscritos (novos, durante o ano)	100
4.	Pesquisa legislativa	
4.1	Leis, Decretos, etc.	1.108
4.2	Outros (Portarias, EM's, etc.)	250
5.	Pesquisas Bibliográficas	
5.1	Bolsa de mercadorias (Commodities)	
5.2	Comércio Internacional	
5.3	Distribuição de renda	

5.4	Floresta	
5.5	HAYEK, Friedrich A.	
5.6	Indústria química e Petroquímica	
5.7	Investimentos estrangeiros	
5.8	Salários	
6.	Divulgação de periódicos	
6.1	Sumários distribuídos (cópias)	4.106
6.2	Artigos distribuídos (cópias)	741
7.	Divulgação de livros e folhetos	
7.1	Planinforme	4
D.	<u>Serviços Administrativos</u>	
1.	Correspondência: cartas	84
	Memorando	73
	Cartões de agradecimento	141
	Pedidos de empréstimo	64
2.	Pedidos de aquisição de publicações	41
3.	Serviços auxiliares	
3.1	Arranjo do material nas estantes: publicações guardadas	3.975
3.2	Reprodução de documentos (págs. copiadas)	
4.	Inventário apresentado ao D.C.O.	
	Nº de itens	8.494
	Valor do inventário	Cz\$ 365.691,98

E. Base de Dados

1.	BIBPLAN - total de referências incluídas (folhas preenchidas, digitadas, revisadas)	477
	Referências do IPLAN	285
	Referências das bibliotecas participantes da rede NAPLAN (SEPLAN, MG; CEI, BA; SEADE, SP; CONDEPE; IPARDES)	192
	Total de referências na Base de Dados	1.530
2.	PERI - total de referências incluídas	513
	Pesquisa e Planejamento Econômico (v.1-17, n.1) (v.17, n.2 - v.18, n.2)	45
	Revista de Estudos Políticos (v.1 e 2) (v.2-8)	312
	Revista Brasileira de Economia (v.30-36)	156

XV - ASSESSORIA EDITORIAL

A Assessoria Editorial do IPLAN, no período setembro/dezembro de 1988, publicou os seguintes tipos de trabalho: Notas para Discussão (ND), Textos para Discussão (TD) e informes de Acompanhamento de Políticas Públicas (APP):

ND-1- "Energia: Problemas e Perspectivas", José Cechin, Edmir S. Moita e Otávio Franco, agosto de 1988. 18p.

ND-2- "Trigo: Falta Ampliar a Concorrência entre os Moinhos", Ricardo P. Soares, agosto de 1988. 28p.

ND-3- "Transporte de Carga, Planejamento Energético e Desenvolvimento Regional", Miguel El Afioni, agosto de 1988. 13p.

ND-4- "A Desestatização da Comercialização do Trigo: Fator de Concentração Industrial", Eduardo Felipe Ohana, novembro, 1988. 9p.

TD-1- "O GATT e a Política Comercial Brasileira", Renato Baumann, agosto de 1988. 24p.

TD-2- "A Economia Política da Proteção no Brasil e a Rodada Uruguaí", Renato Baumann, setembro de 1988. 22p.

TD-3- "Participação do Menor na Força de Trabalho Brasileira nos Anos Oitenta" (Caracterização e Reflexões), Ricardo Lima e Freda Burger, outubro de 1988. 39p.

TD-4- "Crescimento Urbano e Oferta de Empregos Formais no Nordeste no Período 1970/1980", Edgar Bastos de Souza, outubro de 1988. 40p.

APP-1- "Análise de Desempenho do Setor Industrial, Janeiro-Junho de 1988", Coordenadoria de Indústria e Tecnologia, setembro de 1988. 41p.

APP-2- "Indicadores de Conjuntura - Setor Externo", Coordenadoria de Setor Externo, setembro de 1988. 67p.

APP-3- "Acompanhamento do Nível de Emprego e Renda, Coordenadoria de Emprego e Salário", setembro de 1988. 49p.

APP-4- "Educação e Cultura - 1987: Situação e Políticas Governamentais", Coordenadoria de Educação e Cultura, outubro de 1988. 320p.

APP-5- "As Políticas Federais de Desenvolvimento Urbano em 1987", Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano, novembro de 1988. 62p.

APP-6- "Análise do Desempenho do Setor Industrial, Janeiro-Setembro de 1988", Coordenadoria de Indústria e Tecnologia, dezembro de 1988, 53p.

Além disso, enviou 8 textos para serem publicados pelo serviço Editorial do IPEA, na série "Estudos para o Planejamento".

A divulgação e distribuição dos textos mencionados abrange órgãos da administração direta e indireta, secretarias e órgãos estaduais, bancos de desenvolvimento, embaixadas e principais universidades e bibliotecas do País.

